

É preciso
continuar
a **luta!**

IGUALDADE DIREITOS JUSTIÇA SOCIAL

**“TODOS OS SERES HUMANOS NASCEM LIVRES
E IGUAIS EM DIGNIDADE E DIREITOS”**

Art.º 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Constituindo-se como direito basilar das sociedades democráticas, os princípios constantes no art.º 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada e ratificada há 90 anos, apenas se tornam possíveis em Portugal, enquanto direitos fundamentais salvaguardados na Constituição da República, após a Revolução de Abril.

O reconhecimento dos direitos é o resultado da luta

Direito a voto, igualdade de tratamento, subsídio de férias, subsídio de Natal, subsídio de refeição, ajudas de custo, subsídios de nascimento, aleitação, casamento e funeral, direito a férias, licença de maternidade, 35 horas semanais de trabalho.

Na conquista dos direitos das mulheres trabalhadoras e dos trabalhadores em geral, foi fundamental a luta e organização das trabalhadoras e dos trabalhadores em torno dos seus sindicatos de classe e da CGTP-IN. A liberdade conquistada com a Revolução de Abril de 1974, permitiu a organização e a mobilização para o reconhecimento dos direitos sindicais na Administração Local, sector onde os Sindicatos eram proibidos, mas que a luta e determinação das trabalhadoras e dos trabalhadores tornou possível.

Neste processo de luta e reivindicação de direitos sociais e laborais, o STAL, enquanto organização sindical amplamente representativa do sector, tem tido um papel determinante no reconhecimento de direitos fundamentais.

Mas é à unidade, à determinação e ao espírito combativo de milhares e milhares de mulheres e homens trabalhadores que se deve a conquista destes direitos fundamentais.

Conquista de inegáveis avanços sociais e civilizacionais

São inegáveis as conquistas sociais e civilizacionais alcançadas após a revolução de Abril, marcadas por profundas alterações legislativas que materializam os resultados da luta das mulheres e lhes conferem efectivos direitos de igualdade e de participação social e laboral, mas que necessitam de mecanismos regulamentadores que permitam a efectiva conciliação da vida profissional com a familiar e social. A sua inexistência coloca a mulher numa situação de vulnerabilidade face ao trabalho e à organização familiar e social.

8 de Março dia Internacional da Mulher



Direitos e conquistas ameaçados

Aumento das desigualdades entre mulheres e homens

O papel da mulher na esfera do desenvolvimento económico e social do país é cada vez mais diminuído.

Verifica-se hoje, com a imposição de políticas neoliberais cujos objectivos anti-sociais são a desregulamentação das leis laborais, a retirada de direitos aos trabalhadores e a destruição e privatização dos serviços públicos.

A generalização da precariedade da Administração Pública, a instabilidade laboral, a aplicação de um sistema de avaliação injusto e imoral (SIADAP), o regime de adaptabilidade de horários de trabalho até 50 horas semanais sem direito ao pagamento de trabalho extraordinário, o despedimento por inadaptação, os baixos salários e a inexistência de infra-estruturas sociais públicas de suporte, nomeadamente Creches, Jardins-de-infância, ATL's e Lares, são alguns dos resultados dessas políticas que se abatem em primeiro lugar sobre as mulheres.

As alterações ao Código do Trabalho introduzem a possibilidade do prolongamento dos horários de trabalho até 12 horas diárias e 60 semanais (sem direito a pagamento por trabalho extraordinário), a criação de bancos de horas, maior facilidade no despedimento e a destruição da contratação colectiva, possibilitando ainda a violação, por parte das empresas, do direito fundamental da maternidade/paternidade que este governo denomina de "parentalidade".

O papel da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e das Organizações não Governamentais (ONG's) é desvalorizado, ao mesmo tempo que não é reforçada a intervenção da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) nas empresas.

É preciso continuar a luta!

Quando assinala mais uma passagem do 8 de Março, data histórica na luta das mulheres trabalhadoras, o STAL saúda as trabalhadoras da Administração Local e Regional e afirma o seu firme propósito de continuar a luta pela igualdade, pela segurança de emprego e pelos direitos sociais e laborais.

As políticas que vêm sendo levadas a cabo pelos últimos governos constituem um verdadeiro retrocesso civilizacional. Fazendo-se sentir na generalidade dos trabalhadores, são no entanto as mulheres trabalhadoras que mais sentem os seus impactos, seja nos aspectos da precariedade laboral seja no que concerne à igualdade de tratamento.

Por isso, e porque a história da conquista dos direitos nos demonstra que é uma história de luta, vamos continuar a lutar!

Por políticas de igualdade, pela segurança de emprego, pelos direitos laborais e sociais

Para que sejam assegurados meios para a defesa da igualdade, nomeadamente com a valorização do papel e da intervenção da CITE;

Para que sejam criadas as infra-estruturas sociais necessárias de suporte às famílias, nomeadamente com a criação de infra-estruturas da rede pública como Creches, Jardins-de-infância, ATL's e Lares.

Para que sejam efectivamente regulamentadas e aplicadas medidas de igualdade de género e não discriminação.

Para que seja valorizado o papel dos Sindicatos na defesa de direitos fundamentais

Vamos continuar a luta !